

Câmara Municipal de Pelotas  
Documento Protocolado  
Sob N° 4697  
Em 14/11/09  
Responsável [assinatura]



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS  
GABINETE DO PREFEITO**

Pelotas, 16 de novembro de 2009.

**MENSAGEM Nº 062/2009.**

Senhor Presidente,

Submetemos à apreciação dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei anexo, que altera a Lei Municipal nº 4.457/99, que dispõe sobre o Sistema de Previdência Social dos Servidores Titulares de Cargo Efetivo do Município de Pelotas. Segue apenso ao presente, a Reavaliação Atuarial com 115 (cento e quinze) páginas.

Desta forma, contamos com o acolhimento e aprovação do mesmo nos termos em que se apresenta.

Atenciosamente,

**Adolfo Antonio Fetter Junior**  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.  
**Adalim Luiz Garcia Medeiros**  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
**Pelotas- RS**

CÂMARA MUNIC. DE PELOTAS-17-Nov-2009-10:10:01-004697-1/2



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI**

*Altera a Lei Municipal nº 4.457/99 que dispõe sobre o Sistema de Previdência Social dos Servidores Titulares de Cargo Efetivo do Município de Pelotas e a Lei Municipal nº 4.489/00, que Aprova o Regulamento de Custeio e Benefícios do Sistema de Previdência Social dos Servidores Titulares de Cargo Efetivo do Município, e dá outras providências.*

**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei Municipal nº 4.457/99 que dispõe sobre o Sistema de Previdência Social dos Servidores Titulares de Cargo Efetivo do Município de Pelotas e o Regulamento de Custeio e Benefícios do Sistema de Previdência Social dos Servidores Titulares de Cargo Efetivo do Município aprovado pela Lei Municipal nº 4.489/00.

**Art. 2º** O inciso II do art. 7º da Lei Municipal nº 4.457/99 passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 7º...**

***II - O produto da arrecadação do Poder Executivo, do Legislativo e da Administração Indireta sobre a remuneração mensal paga ou creditada aos servidores ativos titulares de cargo efetivo, na razão de 19,06% (dezenove vírgula seis por cento);***

**Art. 3º** O inciso IV do art. 3º do Regulamento de Custeio e Benefícios do Sistema de Previdência Social dos Servidores Titulares de Cargo Efetivo do Município aprovado pela Lei Municipal nº 4.489/00 passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 3º ...**

***IV - o órgão de origem, compulsoriamente, com 19,06% (dezenove vírgula seis por cento) calculados sobre a remuneração mensal paga ou creditada aos servidores ativos detentores de cargo efetivo.***

**Art. 4º** O art. 37-A da Lei Municipal nº 4.457/99, incluído pela Lei Municipal nº 5.542/09 e alterado pela Lei Municipal nº 5.609/09, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 37-A Fica instituída a contribuição suplementar, com vistas à amortização do passivo atuarial, composta pelas seguintes alíquotas:**

**a) revogado**

**b) 2,36% (dois vírgula trinta e seis por cento) incidentes sobre a base de contribuição estabelecida no inciso II do art. 7º da presente Lei.**

**Art. 5º** As despesas decorrentes da presente Lei correção por conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Pelotas, em 16 de novembro de 2009.

**Adolfo Antonio Fetter Junior**  
Prefeito Municipal



Registre-se. Publique-se.

**Abel Dourado**  
Secretário de Governo

## JUSTIFICATIVA

Encaminhamos, para a elevada consideração dessa Egrégia Casa, o Projeto de Lei em apenso, que altera os dispositivos das Leis Municipais nº 4.457/99 e nº 4.489/00, que fixam a contribuição do Município para o Sistema de Previdência Social dos Servidores Titulares de Cargo Efetivo do Município de Pelotas que

Dispõe o art. 69 da Lei Complementar Federal n.º 101/00 que "*o ente da Federação que mantiver ou vier a instituir regime próprio de previdência social para seus servidores conferir-lhe-á caráter contributivo e o organizará com base em normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial*".

Atendendo às normas do Ministério da Previdência sobre a matéria, nosso município realiza anualmente, através da Caixa Econômica Federal, revisão atuarial do sistema de previdência de seus servidores.

A Reavaliação Atuarial realizada em outubro do corrente ano apontou a necessidade de ampliação da contribuição a cargo do Poder Executivo, do Legislativo e da Administração Indireta sobre a remuneração mensal paga ou creditada aos servidores ativos titulares de cargo efetivo, que atualmente é de 18,27% (dezoito vírgula vinte e sete por cento) para 19,06% (dezenove vírgula seis por cento), bem como a possibilidade de redução da contribuição adicional, para cobertura do chamado passivo atuarial, que atualmente é de 3,15% (três vírgula quinze por cento), para 2,36% (dois vírgula trinta e seis por cento).

De acordo com a Reavaliação Atuarial, reduzida a contribuição adicional para 2,36% (dois vírgula trinta e seis por cento) a partir de 2009, deverá ser ampliada anualmente em 0,26% (zero vírgula vinte e seis por cento) até o ano de 2021 e a partir daí permanecer em 5,50% (cinco vírgula cinquenta por cento).

A promoção dessas alterações é o objetivo do presente projeto.

Conforme exigência do art. 21 da Lei Complementar n.º 101/00, o projeto é acompanhado por estimativa de impacto orçamentário-financeiro nos moldes dos arts. 16 e 17 do mesmo diploma.

